



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

E-ISSN 2316-3801

DOI - 10.17564/2316-3801.2017v6n2p11-28

GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL PARA A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

GENDER: A USEFUL CATEGORY FOR THE HISTORY OF SLAVERY IN BRAZIL.

GÉNERO: UNA CATEGORÍA ÚTIL PARA LA HISTORIA DE LA ESCLAVITUD EN BRASIL

Adriana Dantas Reis¹

RESUMO

O Brasil é marcado estruturalmente pela escravidão e pelo patriarcalismo. É muito difícil entender a complexidade da nossa formação sem um olhar de intersecção entre as relações escravistas, de gênero e de cor/raça. Apesar dessa constatação a História Social da escravidão no Brasil, abandonou ou minimizou o conceito de patriarcalismo nas abordagens de suas pesquisas, optando por outros conceitos teóricos, mais sensíveis às culturas e às construções simbólicas dos agentes históricos. Este artigo propõe a retomada do patriarcalismo de Gilberto Freyre e suas possíveis ressignificações a partir do conceito de gênero,

trazendo-o para o centro da escravidão. Ou seja, propõe o gênero como estrutural nas relações escravistas e convida as historiadoras e os historiadores da escravidão para os debates, no sentido de que o patriarcalismo/gênero seja definitivamente, considerado como indispensável para compreender o escravismo.

PALAVRAS-CHAVE

Patriarcalismo. Gênero. Escravidão.

ABSTRACT

Brazil is structurally marked by slavery and patriarchy. It is very difficult to understand the complexity of our formation without an intersecting look between slave relations, gender and color / race relations. In spite of this observation, the Social History of slavery in Brazil abandoned or minimized the concept of patriarchy in the approaches of its research, opting for other theoretical concepts, more sensitive to the cultures and the symbolic constructions of historical agents. This article proposes the resumption of Gilberto Freyre's patriarchy, and its possible connections with the concept of gender, bringing it

to the center of slavery. That is, it proposes gender as structural in slave relations, and calls on the historians and historians of slavery to debate, in the sense that patriarchy/gender is definitely considered indispensable to understand slavery.

KEYWORDS

Patriarchy. Gender. Slavery.

RESÚMEN

Brasil está marcado estructuralmente por la esclavitud y el patriarcalismo. Es muy difícil entender la complejidad de nuestra formación sin una mirada de intersección entre las relaciones esclavistas, de género y de color/raza. A pesar de esa constatación, la historia social de la esclavitud en Brasil, abandonó o minimizó el concepto de patriarcalismo en los enfoques de sus investigaciones, optando por otros conceptos teóricos, más sensibles a las culturas ya las construcciones simbólicas de los agentes históricos. Este artículo propone la reanudación del patriarcalismo de Gilberto Freyre, y sus posibles conexiones con el concepto de género, trayéndolo al centro de la esclavitud.

Es decir, propone el género como estructural en las relaciones esclavistas, y concluye las historiadoras e historiadores de la esclavitud para los debates, en el sentido de que el patriarcalismo/género sea definitivamente considerado como indispensable para comprender el esclavismo.

PALABRAS CLAVE

Patriarcalismo. Género. Esclavitud.

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por todas as desigualdades e violências decorrentes do racismo e do machismo estruturais. Difícil entendermos a complexidade da nossa formação sem um olhar interseccional¹. Apesar dessa constatação a História Social da escravidão no Brasil, que vem se renovando desde os anos 1970, abandonou o conceito de patriarcalismo nas abordagens de suas pesquisas, optando por outros conceitos teóricos, mais sensíveis às culturas e construções simbólicas dos agentes históricos e suas experiências de vida.

Inegavelmente, o campo de pesquisa sobre escravidão trouxe contribuições determinantes na superação da oposição binária, que estabeleceu lugares fixos para senhores e escravos, cara a historiografia tradicional, exaustivamente criticada. Inspirados pelas interpretações e conceitos da obra de E. P. Thompson² via historiografia norte-americana (GENOVESE, 1988; GUTMAN, 1976), vários historiadores revisaram as clássicas concepções que até a década de 1970 estabeleciam uma excessiva preocupação com a conceitualização teórica e generalizante do tema (MACHADO, 1988). Apontando para uma revisão do papel histórico desempenhado pelos escravos e utilizando fontes variadas, esses novos estudos privilegiam a dinâmica interna da sociedade, introduzindo temas como: crime-controle, demografia, família, economia-produção (urbana e rural), cultura (religião), resistência (cotidiana, quilombos, levantes, fugas); abolição e desagregação, mulheres e trabalho.

Conceitos como, estratégias de sobrevivência, autonomia, resistência, cultura escrava, solidariedade, sociabilidade, experiência, etc., permitiram um

novo entendimento das relações estabelecidas entre senhores e escravos. Estes foram retirados da mera condição de instrumentos de produção das riquezas coloniais, tornando-se indivíduos capazes de elaborar estratégias cotidianas de resistências.

Concomitante a revisão na História da Escravidão, a literatura historiográfica voltou-se para os estudos das mulheres (SCOTT apud BURKE, 1992; RAGO, 2000; SAMARA, 1993; SOIHET apud AGUIAR, 1997; PEDRO, 2005; SAMARA et al., 1997; DIAS apud COSTA; BRUSCHINI, 1992). Em grande parte dos trabalhos produzidos nas décadas de 1980 e 1990, priorizou-se a história das mulheres pobres e marginalizadas como agentes de transformação, subvertendo o pensamento dominante de homem universal. Influenciadas também pela história social, a história das mulheres priorizou o conceito de cultura feminina. Nesse mesmo período, alguns trabalhos dialogaram com os conceitos foucaultianos de micro poder e dissolução do sujeito, aproximando-se da categoria gênero, que começou a ser debatido no Brasil no início dos anos 1990.

Um dos primeiros trabalhos específicos sobre mulheres e escravidão no Brasil, foi publicado em 1984. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005), analisa o cotidiano das mulheres durante a escravidão e as estratégias de sobrevivência das vendedoras de tabuleiros, lavadeiras de rios e de chafarizes, padeiras e quitandeiras, bem como as relações estabelecidas entre senhoras e ganhadeiras, escravas e forras.

Ainda na década de 1980, destacam-se os trabalhos de Eni Mesquita Sâmara (1989) e de Sonia Giacominini (1988a)³. A primeira analisa as mulheres chefes de família e seu papel primordial para a sobrevivência familiar, revisando o modelo patriarcal de Gilberto Freyre (1990). A segunda ressalta a forte dominação dos senhores e a exploração das mulheres escravas. A autora critica a análise de Freyre e os relatos de

1. A análise interseccional propõe que os estudos mantenham a intersecção entre os conceitos de gênero, raça e classe, por entender que são indissociáveis. Uma das referências mais conhecidas no Brasil é Kimberle Crenshaw (2009). Mas, antes dela, outras intelectuais negras norte-americanas já tinham abordado este tema como Angela Davis no seu livro "Women, race and class" de 1981 e publicado em português em 2016. No Brasil, nos anos 1980, Lélia Gonzalez (1983) também chamavam atenção para o racismo e sexismo na cultura brasileira e o lugar das mulheres negras na sociedade brasileira.
2. Ver entre outros, Silvia H. Lara (1995).

3. Ver também: Sônia M. Giacominini (1988b). E ainda do mesmo período: Maria Lúcia de B Mott (1988).

viajantes que exaltavam a sensualidade das escravas (mulatas e negras) e descrevem os senhores como vítimas de seus atributos físicos.

A partir dos anos 1990, as discussões sobre gênero nas principais universidades brasileiras ganharam impulso, tendo como consequência a criação de Núcleos e Grupos de Pesquisas de caráter interdisciplinar, que se dedicavam a investigar a contribuição das mulheres em diversas áreas do conhecimento. Dentre os temas abordados, um dos mais profícuos foi a inclusão das mulheres em estudos sobre o cotidiano, laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência na sociedade escravista urbana, como escravas, libertas ou brancas pobres, criadas ou prostitutas etc⁴.

Entre os trabalhos publicados nesse período, destacam-se: Luciano Figueiredo (1993) que pesquisa o cotidiano e o trabalho das mulheres em Minas Gerais durante o século XVIII; Sandra L. Graham (1992), analisando a relação entre criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, entre 1860 e 1910; Sheila Faria (2000), em sua pesquisa sobre família na colônia, já introduz uma abordagem sobre as mulheres escravas e libertas, e é uma das primeiras historiadoras a realizar pesquisas sistemáticas sobre as mulheres africanas (nagôs) forras no Brasil, com o artigo “Mulheres forras - Riqueza e estigma social” (2000)⁵.

Outras fontes bibliográficas sobre o tema são as dissertações de mestrado ou teses de doutorado produzidas nos programas de Pós-graduação em História em diversas Instituições de Ensino Superior no Brasil, principalmente nas Universidades públicas (RIBEIRO, 1989; SILVA, 2004; ROCHA, 2001; FARIA, 2004)⁶. E mais recentemente, algumas publicações importantes tem demarcado o campo de pesquisa sobre mulheres na história da escravidão e no pós-abolição, em diversos aspectos: estética, cor, mobilidade social,

4. Especificamente sobre a Bahia podemos citar: Cecília Moreira Soares (1994); Alberto Heráclito Ferreira Filho (2003); Maria Aparecida P. Sanches (1998).

5. Sheila Faria publicou outros textos (2007) sobre o mesmo tema, posteriormente e defendeu a tese para professor Titular de título: “Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)” (2004).

6. Ver também trabalhos com o tema de família escrava, que podem contribuir para a discussão das mulheres, entre eles: Slenes (1999); Reis (2001); Hora (2015); Santos (2017).

alforrias, abolição etc. (FURTADO, 2003 apud FURTADO, 2001; SOARES; GOMES apud SOARES, 2007; REIS apud RIBAS, 2010; GOMES; XAVIER; FARIAS, 2012; CARNEIRO, 2016)

Grande parte das pesquisas citados refere-se às mulheres numa perspectiva das relações de dominação e resistência no contexto da escravidão. Entretanto, os sujeitos masculinos e femininos são pensados como naturais, não incluindo a perspectiva da construção social, imbricadas na experiência da escravidão, nas questões étnico-raciais e de classe e suas influencias nas relações de poder entre senhoras(es) e escravas(os), escravas e escravos, libertas e libertos, livres de cor etc.

Este artigo é uma tentativa de recolocar o debate iniciado na tese de doutorado (REIS ALVES, 2010) e que continua. A proposta é problematizar o conceito de patriarcalismo a partir da categoria de análise gênero, e defender a importância desses conceitos para a história da escravidão. Ou seja, considerar as relações de poder entre homens e mulheres como estruturais nas relações escravistas, implicando em novos posicionamentos teórico-metodológicos e políticos diante da História e da Historiografia da escravidão no Brasil. Nessa perspectiva, ressignificar o objeto “mulher”, já que o gênero nos ajuda a compreender as diferenças “sexuais” enquanto construções socioculturais.

2 RESSIGNIFICANDO O PATRIARCALISMO: AS FEMINISTA E GILBERTO FREYRE

Existe vasta literatura feminista sobre o conceito de patriarcado ou patriarcalismo. No Brasil, sobretudo com a emergência da categoria gênero, nos anos 1990, um dos pontos nevrálgicos do debate é refletir, até que ponto, o patriarcado pode ser mantido como conceito válido para pensar as relações de poder, pautadas nas diferenças de gênero. E adiante, inexiste qualquer consenso entre as feministas sobre esse ponto (MORGANTE; NADER, 2014).

Como o debate é muito extenso⁷, optei por restringir minha abordagem, por ora, a Gilberto Freyre, pois sua obra é marcada pela interlocução entre escravidão, família e patriarcalismo, além de ser uma clássica referências da historiografia brasileira, já bastante revisitada e criticada⁸. Os estudos demográficos sobre família, nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, demonstraram outras formas de arranjos familiares além daquele pensado por Freyre (2006). A crítica principal girou em torno da família extensa e chefiada apenas por homens.

Alguns historiadores confundiram a família patriarcal com a família extensa. Um dos defensores dessa ideia é Vainfas (1997). Segundo ele, o patriarcalismo continuou sendo o “eixo fundamental das relações familiares na Colônia” e “seria antes uma grande bandeira dos moralistas da época moderna, os mesmos, aliás, que defenderam a excelência da família conjugal para os povos da cristandade”(VAINFAS, 1997, 118-119).

Na verdade, é só dar uma olhada mais atenta nos testamentos da Bahia nas primeiras décadas do século XIX, sem a pretensão de enquadrá-los em qualquer modelo explicativo ou padrões, para perceber-se a fragilidade do patriarcalismo quanto à forma. Kátia Mattoso (1992), por exemplo, discorda da visão genérica de família patriarcal e propõe uma tipologia para pensar a família baiana no século XIX, dividindo-a em legal ou consensual e grupos domésticos. No seu texto, o patriarcado aparece como referência importante para pensar as diversas famílias, mesmo as aparentemente nucleares, distinguindo forma de conteúdo. (MATTOSO, 1988, p. 126)⁹

O patriarcado, segundo conceituação clássica de Weber que inspirou Freyre, “se refere a uma forma, entre outras, de modos de organização social ou de dominação social” uma situação típica-ideal e a-histórica, pois pode ser aplicada a qualquer sociedade cuja

centralidade está no “patriarca de uma comunidade doméstica”. Teóricas não weberianas, marxistas e feministas utilizam o conceito de patriarcado como “sistema de opressão e dominação dos homens sobre as mulheres” (MACHADO, 2000, p.3), ou para compreender a “condição” feminina e a dominação masculina. Algumas teóricas consideram o conceito inadequado por seu caráter adjetivo que se aproxima do conceito weberiano, aplicável a sociedades anteriores à formação do Estado, preferindo a utilização do gênero (MORGANTE; NADER). Essa oposição e substituição de patriarcado por gênero, não fazem sentido para outras. Segundo Lia Zanotta Machado (2000), por exemplo, as intelectuais feministas tem utilizado o patriarcado no sentido da desnaturalização “mostrando seu engendramento social e cultural, como “sistema” ou como forma de “dominação”” (MACHADO, 2000, p. 4), e acrescenta:

O conceito de “**relações de gênero**” não veio substituir o de “**patriarcado**”, mas sim, o de “**condições sociais da diferença sexual**”, o de “**relações sociais de sexo**”, e o de “**relações entre homens e mulheres**”. Entendeu-se que estas expressões permaneciam aprisionadas nas narrativas da naturalização e da biologização das relações entre homens e mulheres, dificultando o desenvolvimento das análises que pretendiam chegar à radical ruptura com a naturalização da situação das diferenças sexuais. (MACHADO, 2000, p. 4).

Especificamente na historiografia da escravidão no Brasil, são poucas as análises centradas no patriarcado, Sandra Graham (2005) é uma delas. No seu livro *Caetana diz não* (2005), a autora refere-se ao patriarcado a partir de duas histórias surpreendentes. Na primeira delas, uma escrava, chamada Caetana, disse não ao casamento e foi acolhida por seu senhor, que a ajudou, tentando anulá-lo. Na outra, uma senhora deixava seus bens para seus libertos que foram embargados por seu sobrinho. No primeiro caso, a autora utiliza como subtítulo do capítulo “O patriarcado perturbado” e, no segundo, “O patriarcado confirmado” (GRAHAM, 2005, p. 23-117).

Caetana era crioula, com “talvez dezessete anos”, mucama das mulheres da família na casa-grande do

7. Sobre o debate, ver entre outras: Machado (2000); Aguiar (2000); Morgante (2014).

8. Ver, entre outros, Samara (1989), Faria (apud Vainfas (1997), Corrêa (apud Almeida, 1982) e Almeida e colaboradores (1987).

9. Outros autores que problematizam a família patriarcal: Barickmam (2003); Sheila de Castro Faria (1998); Sílvia Brügger (2002); Cacilda Machado (2006),

seu senhor, Luís Mariano de Tolosa, dono da fazenda Rio Claro, na Província de São Paulo. Em 1835, Caetana foi obrigada pelo senhor a casar-se com o escravo Custódio, mestre alfaiate de vinte e tantos anos. Depois de casada, no entanto, a escrava recusa-se a consumir o matrimônio (GRAHAM, 2005, p. 23,48-49)¹⁰. Após quatro dias sem deixar seu marido tocá-la, foi ameaçada pelo seu tio, que prometia surrá-la. Assim, ela recorre ao senhor Tolosa, homem viúvo, para protegê-la de sua própria família. Tolosa acaba acolhendo o pedido de Caetana, aconselhado, inclusive, por um importante homem da região e entra com processo de nulidade de matrimônio, que é negado pela Igreja.

Para a autora, por causa de Caetana, “toda hierarquia masculina – dono, tio, marido e Igreja – foi perturbada”. Diz, ainda,

Uma jovem escrava enfrentou pressão, desaprovação, até violência física e, com sua determinação, *perturbou a ordenação patriarcal* vigente num lar complexo e quase ideal. Um senhor inclinado a fazer cumprir suas ordens voltou atrás para interceder a favor dela, tirando o tio de seu *papel patriarcal* dentro da família escrava: dois homens foram impedidos de infligir a uma escrava/sobrinha o castigo físico a que tinham direito. (GRAHAM, 2005, p. 103, grifos nossos).

O segundo caso analisado por Graham (2005) é o de D. Inácia Delfina Werneck, mulher solteira que, em 1857, com 86 anos, “preparou sua última vontade” (GRAHAM, 2005, p. 117). Fazia parte de “uma das grandes famílias fundadoras do Vale Médio do Rio Paraíba, [...] a maior produtora mundial de café do século XIX” (GRAHAM, 2005, p. 119). Apesar de proprietária de muitos bens, D. Inácia era analfabeta e esteve sob a tutela do cunhado, depois, do seu sobrinho, o Barão do Pati do Alferes.

Em seu testamento, instituiu por seus herdeiros, em iguais partes, a liberta Bernardina Maria de Jesus e seus cinco filhos, José, João, Rosa, Maria e Manuel (GRAHAM, 2005, p. 145). Para a autora, “tal como o pai, o cunhado e depois o sobrinho haviam sido suces-

sivamente os homens protetores em sua vida, Inácia queria agora desempenhar o papel característico do homem da casa, administrando os bens de seus herdeiros escravos”. No entanto, seu sobrinho, o Barão do Pati do Alferes, foi seu testamenteiro e, lançando mão de várias estratégias, acabou impedindo Bernardina e seus filhos de tomarem posse dos bens deixados por sua senhora, confirmando, assim, o patriarcado.

Camillia Cowling (2006), analisando a ação das mulheres na transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil e em Cuba, entre 1870-1888, também opta por manter o patriarcado como referência de análise. A autora estabelece uma relação direta entre o conceito de gênero com o de patriarcalismo e de paternalismo. Argumenta que:

[...] tanto o patriarcalismo quanto o paternalismo, os dois lados do paradigma da paternidade, se referiam primeiramente ao domínio de homens brancos sobre homens negros. Isso deixou as mulheres, ao menos discursivamente, se não materialmente, numa relação mais ambígua com o regime escravista. Esta pode ser uma possível explicação para as diferentes estratégias usadas por escravos e escravas que procuraram mudar sua posição dentro do sistema escravista. Enquanto homens tentaram controlar sua situação através de atos mais dramáticos, a ambiguidade discursiva das mulheres possivelmente as ajudou a manipular o sistema de uma forma não tão acessível ou desejável para homens. (COWLING apud LIBBY; FURTADO, 2006, p. 172).

Uma discussão importante sobre patriarcalismo, apesar de não tratar especificamente de escravidão, é a de Durval Albuquerque (2003). O autor propõe uma análise da invenção do conceito de patriarcalismo, ou seja, a “historicidade do conceito” e chama atenção para o fato de que

[...] os conceitos nunca dirão plenamente as coisas; faz-se necessário, pois, entender que condições históricas possibilitaram a emergência de um determinado conceito, que fundamento ele teve, e a que relações de poder esteve ligado, num dado momento histórico. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003, p. 137).

Para ele, o patriarcalismo surge como uma reação do “discurso tradicionalista” ao processo que esse dis-

10. A autora não leva em consideração a possibilidade de Caetana ser filha de seu senhor.

curso identificava como “feminização da sociedade”, no início do século XX. Durval Albuquerque (2003, p.139) afirma que,

Em Freyre, esse conceito não pretende apenas descrever um modelo de família ou a forma de relação entre os gêneros. Ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares.

O patriarcalismo de Freyre (2006, p. 140), que apresentava:

[...] a sociedade do poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhismo e apadrinhamento, sociedade das parentelas, ia sendo modificada por um processo visto como de desvirilização, de declínio de um dado modelo de masculinidade, período de confusão entre as fronteiras de gênero, em que as mulheres começam a assumir lugares antes reservados aos homens [Além disso], mais do que um conceito rigoroso [patriarcalismo era] uma metáfora, uma imagem que ajuda a descrever um período.

O que parece fantástico em Freyre (2006) e Albuquerque (2003, p. 141) percebeu muito bem, é o fato de que,

[...] ao lado dessa imagem-eixo, existem outras imagens que frequentemente estão remetendo todos os acontecimentos históricos do começo do século para o campo do masculino ou do feminino, [...] homem e mulher tornam-se, com Freyre, metáforas explicativas de todo o movimento histórico que pretendia descrever.

Podemos dizer que Freyre (2006) suspeitou que as relações entre homens e mulheres ou as relações de gênero são as primeiras instâncias de poder¹¹, como diz Joan Scott (1996). Não seria possível para Freyre, penetrar na intimidade das famílias e no escravismo, compreender a miscigenação brasileira sem pensar as relações hierárquicas entre homens e mulheres.

O pensamento de Freyre (2006) sobre o Brasil colonial baseou-se nas relações familiares e escravistas que tinham o patriarcalismo como referência principal de poder. Apesar do autor de *Casa-Grande &*

Senzala não ter conceituado, com precisão, o patriarcalismo era fundamentalmente a representação da figura de um indivíduo do sexo masculino, comandando escravos, homens e mulheres, seus filhos, esposas, concubinas e agregados em uma grande propriedade, na qual o centro do poder estava na casa-grande. E, era mais do que isso: no prefácio à primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, escrito em 1933, o autor começa afirmando que a polidez e a cozinha da Bahia eram “duas expressões de *civilização patriarcal* que se sentem hoje (em 1933) como em nenhuma outra parte do Brasil” (FREYRE, 2006, p.30). Mais adiante, discutindo com seus contemporâneos, ligados a teorias raciais, Freyre (2006, p. 34) afirma que “a *formação patriarcal* do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”.

Ele se reporta também a um *sistema patriarcal e escravocrata* de colonização portuguesa do Brasil (FREYRE, 2006, p. 34-35). O *patriarcalismo* também era *rural* e teve sua mais forte característica no Norte. A casa-grande é associada, particularmente, ao engenho de cana, o que chama de “*patriarcalismo nortista*, de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, onde a terra se apresentou excepcionalmente favorável para a cultura intensa do açúcar e para a *estabilidade agrária e patriarcal*” (FREYRE, 2006, p.43, grifos nossos).

Patriarcalismo, portanto, é uma representação de poder que extrapola a família, como diz Albuquerque (2003). É sinônimo de praticamente todos os aspectos das relações de poder colonial. Para Freyre (2006, p. 36, grifos nossos), “o alto das casas-grandes foram centros de *coesão patriarcal* e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional”. Os aspectos sexual e familiar para ele estavam caracterizados como *patriarcalismo polígamo*, quanto ao religioso, reporta-se à “perfeita intimidade do *patriarcalismo brasileiro* com os santos”. Além disso, a *casa-grande patriarcal* “não foi apenas fortaleza, capela, escola, oficina, santa casa, harém, convento de moças, hospedaria [...], foi também banco” (FREYRE, 2006, p.40, grifos nossos).

11. Antes e depois de Freyre outros autores no Brasil também lançaram mão desse conceito Weberiano. Ver sobre esse debate a excelente análise de Neuma Aguiar (2000).

A *justiça* também é qualificada como *patriarcal* e ele traz, como um dos exemplos, o patriarca Pedro Vieira que, “por descobrir que o filho mantinha relações com a mucama de sua predileção, mandou matá-lo pelo irmão mais velho”, uma expressão das hierarquias entre homens (FREYRE, 2006, p. 41, grifos nossos). Refere-se ao largo ritmo de “vida patriarcal” até a “*domesticação patriarcal de animais*”, na qual a hierarquia das casas-grandes estende-se aos papagaios e aos macacos (FREYRE, 2006, p. 43, grifos nossos).

Finalmente, para Freyre (2006, p. 44, grifos nossos), “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o *patriarcalismo escravocrata e polígamo*”. Ou seja, o seu patriarcalismo é a representação do poder baseado em duas forças fundamentais: a escravidão e a instituição do domínio do macho viril, capaz de submeter sexualmente várias mulheres.

Além de concordar com Albuquerque (2003) que o patriarcalismo é uma invenção e uma “metáfora” ou uma “ideia”, como afirma Sheila de Castro Faria (1998), penso que não é uma invenção patrocinada apenas por Freyre (2006). O homem como valor, como centro das decisões e dos poderes, também era uma invenção patrocinada pelos próprios personagens históricos, que vivenciavam cotidianamente, no Brasil colonial e do século XIX, a sexualidade, os afetos, a maternidade, a escravidão, o trabalho, etc., por meio de experiências e regras estabelecidas e garantidas pelo jogo de poder entre os gêneros.

O escravismo permeado pelas relações de gênero recoloca as estratégias de controle entre liberdade e dominação, que passam a ser vistas também como disputas entre homens e mulheres proprietários e escravizados. Uma das estratégias, por exemplo, era a manutenção do privilégio ao prazer e dominação sexual, ou a manutenção e demonstração de poder por meio de intercursos sexuais dos proprietários de escravos. Não se pode esquecer de que a família patriarcal, como afirma Freyre (2006), era fundamentalmente poligâmica. Ainda que ele tenha se restringido ao serralho dos senhores patriarcais de forma generalizante, não deixou de inserir nas relações de domina-

ção escravistas o controle sexual sobre os corpos das mulheres escravizadas e negras pobres, como expressões de poder, ainda que um tanto quanto e equivocadamente idílicas.

3 GÊNERO E A HISTÓRIA DAS MULHERES ESCRAVIZADAS.

Ao reconhecer os limites dos conceitos, como chama atenção Albuquerque (2003), é importante utilizá-los, não com o intuito de enquadrar as informações, mas ao menos como um diálogo para refletir sobre as relações complexas e distintas que emergem dos vestígios históricos. Por isso, o gênero é um conceito válido para entender as relações de poder no escravismo, além de demarcar um posicionamento em defesa da epistemologia feminista para a interpretação histórica (RAGO, 2000). Diferente da ideia de patriarcado, que produz, no geral, uma rigidez, um modelo onipresente, mulheres e homens com identidades fixas, as fronteiras de gênero propõem movimento e construção. Isso não quer dizer que as denominações “patriarcalismo”, “patriarcado” ou “patriarcal” devam ser abandonadas, mas é imprescindível que sejam ressignificadas.

Existem várias formas de pensar as relações de gênero, Joan Scott (1996, p. 4) cita, entre outras, o esforço que as teóricas do patriarcado fizeram para explicar a subordinação das mulheres por meio da “necessidade” de o macho dominá-las, sobretudo no que diz respeito à reprodução:

[...] a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua alienação dos meios de produção da espécie, [onde] o princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto¹².

12. Optei por discutir, apenas, a abordagem de Scott, mas existe uma vasta bibliografia teórica sobre gênero no Brasil e no exterior, algumas já citadas em referências anteriores. O texto de Scott que inspirou este artigo foi alvo de críticas por parte de algumas historiadoras, entre as advertências,

Para outras teóricas, a resposta para a subordinação feminina estava “na sexualidade em si”, ou seja, “a reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres”. Scott (1996, p. 5), apesar de reconhecer a importância dos vários questionamentos trazidos pelas teóricas do patriarcado para explicar a desigualdade entre homens e mulheres, aponta alguns problemas:

Primeiro, enquanto aquelas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmam igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicam o que é que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades.

Outro problema é o fato de

[...] que a dominação venha na forma de apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda diferença física tem um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade de gênero (SCOTT, 1996, p. 5).

Essa seria uma teoria problemática para os historiadores, diz Scott (1996, p. 5): “ela pressupõe um sentido coerente com ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade do gênero em si” [...], “a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa”¹³.

Diante dessas vertentes que sempre caem de uma forma ou de outra na “oposição invariável e monótona entre homens e mulheres”, a autora diz que “precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição

referem-se a suas opções teóricas pelo conceito de desconstrução, o que compromete, segundo elas, a análise e metodologias ao estilo da História Social. Discordo de algumas dessas críticas, concordo com outras, que serão aprofundadas em outro momento, mas que em nada afeta a utilização do conceito como foi apresentado por Scott. Sobre esse debate ver, entre outras: Tilly, Louise A. “Gênero, história das mulheres e história social” (Varikas, 1994, p. 63-84; Sohiet, 1998, p. 77-87).

13. Joan Scott analisa as marxistas e as teóricas feministas, influenciadas pela psicanálise, mas nos vamos deter, apenas, nas teóricas do paternalismo.

binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 2006, p.5).

Portanto, gostaria apenas de reafirmar essas abordagens, retomando a discussão de gênero¹⁴. Hoje, estamos todos voltados para os processos, como chama atenção Joan Scott (2006), “temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir por que elas aconteceram”. Portanto, entendemos que as histórias da escravidão e da família abriram um canal direto de diálogo com o conceito de gênero. Existe, por exemplo, uma semelhança profunda entre o debate sobre as recriações de identidades dos escravos (mina, nagô, jeje, crioulo etc.) no processo de escravização e a ideia da construção das identidades de gênero. Para a autora,

[...] precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente construídas em ‘campos de forças’. (SCOTT, 1996, p. 10).

Esses deslocamentos nas relações de poder encontram-se fartamente na bibliografia sobre história social da escravidão no Brasil. Pode-se dizer, inclusive, que já contamos com o campo de pesquisa História das mulheres negras, escravizadas e libertas, com muitas contribuições valiosas, que nos ajudam a repensar estruturalmente a escravidão no Brasil, incluindo metodologias de pesquisas e análises de fontes. Um dos exemplos mais importantes é o texto fundamental, de Sheila Faria (2000) “Mulheres forras – riqueza e estigma social”. Neste, a autora, que não utiliza o conceito de gênero, inaugura um novo olhar sobre as mulheres forras, questionando o padrão metodológico e interpretativo da historiografia que só conseguia visualizar nas fontes sobre mulheres negras forras a pobreza, uma vez que ela quebra esse padrão, consegue perceber histórias fantásticas de mulheres forras que não só acumularam pecúlio,

14. A maioria dos trabalhos, já citadas nas referências anteriores, relaciona escravidão com estudos de mulheres e não de gênero.

como muitas possuíam mais bens do que homens em mesma condição, ou homens brancos pobres. Hebe Mattos (1995), no livro “Das cores do silêncio”, mesmo não elegendo mulheres como seu tema principal de pesquisa, conclui através da análise da documentação que “a mulher cativa era a ponte entre experiências distintas de cativo”, indicando a centralidade das mulheres em experiências de escravidão e liberdade. Maciel Carneiro (2016), que também não determina o conceito de gênero como central em sua pesquisa, investiga as trabalhadoras domésticas de Recife e Salvador, na conjuntura emancipacionista dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX e suas experiências e lutas na formação enquanto classe. Uma autêntica e fascinante história social das mulheres negras a partir do conceito de experiência, interseccionando classe, “raça” e “gênero”.

A grande maioria das autoras e autores desse campo de pesquisa, portanto, optam por não estabelecer um diálogo mais explícito e direto com o conceito de gênero, mesmo quando citam o termo gênero, em seus títulos. Uma das poucas que faz uma análise impecável das fontes a partir do conceito de gênero é Camillia Cowling (2012). No seu texto “O Fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: Gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880”, a autora demonstra como nos anos finais da escravidão no Brasil “o ventre virou um conceito fundamentalmente ligado à escravidão e à emancipação, tanto nas leis quanto nas formas de pensar das elites e das mulheres e homens escravizados” (COWLING, 2012, p. 224). Eu, Adriana Dantas Reis (2010; 2012), em tese de doutorado e textos publicados posteriormente, retomo este debate sobre patriarcalismo, que apresento neste artigo, e defino o gênero como estrutural para a história da escravidão no Brasil, articulado com cor, família e mobilidade social. Proponho em termos teóricos um diálogo entre o conceito de gênero via Joan Scott e as inversões via Natalie Davis, e indico a necessidade de repensar a metodologia de pesquisa e tratamento das fontes para os estudos de escravidão e gênero. Não percebo qualquer contras-

senso em utilizar o conceito de gênero e outros conceitos da história social, e explico a seguir.

O núcleo essencial da definição de Joan Scott (1996, p. 11) sobre gênero: “baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Como diz a autora,

[...] Mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: primeiro, símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas (frequentemente contraditórias) – Eva e Maria, como símbolo da mulher, por exemplo, na tradição ocidental cristã – mas também mitos de luz e escuridão, de purificação e poluição, de inocência e corrupção. (SCOTT, 1996, p. 11).

Sobre isso, eu diria que, na escravidão, o escravo como categoria social é explicitamente a metáfora do feminino. O escravizado do gênero masculino é emasculado, desvirilizado e submetido, como o feminino, ao poder do senhor, seja ele homem ou mulher. Isso não é novidade, basta fazermos uma conexão com a observação feita por Marcus Carvalho (2003, p. 47):

[...] seguindo uma tradição historiográfica bastante extensa, ensina Orlando Patterson que a escravização pode implicar na emasculação social do homem, submetendo-o a uma dupla humilhação: a do trabalho forçado e a de exercer um trabalho feminino, como era o caso da agricultura e dos trabalhos domésticos para os bantus ou para os nativos da costa do Brasil no século XVI. Nas cidades, o comércio ambulante de alimentos e o trabalho de cozinha eram atribuídos às negras. Os escravos empregados nesses ofícios, portanto, eram também socialmente castrados pela escravidão.

Simbolicamente, o confronto entre poderes, o superior representando o masculino, o positivo e o viril, o inferior representando o feminino, faz muito sentido, se comparado com o que Durval Albuquerque (2003)

fala sobre como a República foi representada como “desvirilização” dos homens do poder. Eu acrescentaria, além da República, a inserção das mulheres da elite em alguns espaços públicos, como a educação, e a abolição da escravatura¹⁵. Como estabelecer lugares para homens negros, competindo como supostos “cidadãos”, eles que sempre foram símbolos do inferior, do feminino? Entre outras coisas, com a manutenção e reafirmação do racismo, que igualmente inferioriza homens e mulheres negros. Mas, esse é um tema para ser explorado em outro momento.

O segundo ponto, levantado por Scott (1996, p. 11) sobre o gênero, diz respeito aos

[...] conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam forma de oposição binária que afirma, de modo categórico e inequívoco, o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e, às vezes, ocorrem confrontações abertas ao seu respeito.

Esses conceitos normativos estão presentes no Brasil colonial, na tentativa da Igreja Católica em reprimir e rejeitar insistentemente outras formas de arranjos familiares e experiências sexo-afetivas, que não fossem as estabelecidas por sua política de gênero, misógina, reafirmadas por leis estatais, como a proibição do concubinato. Esses conceitos normativos são recolocados sempre em contextos de conflitos.

O quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva. [...] Os historiadores devem, preferivelmente, examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. (SCOTT, 1996, p. 11).

As pesquisas sobre a construção das identidades de gênero na escravidão são muito possíveis, mas não

15. Aqui estou pensando no que Alberto Heráclito (2003) chama de “desafricanizar as ruas” para a circulação das mulheres da elite.

exploradas. As fontes documentais específicas são manuais de educação, literatura, os variados discursos da Igreja e do Estado em cartas e Leis, construídas por homens, e mais raramente registros literários, cartas etc., escritos por mulheres¹⁶.

O ponto mais importante na utilização do gênero para um novo olhar sobre a escravidão no Brasil é a interpretação de Scott (1996, p. 12) de que “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, ou seja,

O gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no Ocidente, nas tradições judaico-cristãs, bem como islâmica.

Dessa forma,

[...] o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero encontra-se doravante implicado na concepção e na construção do poder em si (SCOTT, 1996, p. 12).

Aqui está o cerne do contato com Freyre (2006). O patriarcado, ou seja, o domínio do viril, do homem sobre a mulher, do senhor sobre os escravos e escravas, foi pensado por ele como uma instância básica de poder. A diferença é que Freyre percebeu o patriarcado como um sistema determinante e implacável, ainda relacionou esse poder diretamente à família, aos intercursos sexuais e formação dos serralhos. Seguindo outro viés, com mais possibilidades de inversões e negociações, ao que Scott, inspirada em Foucault, refere-se de “correlação de forças”, as relações de poder na escravidão eram antes de tudo relações de gênero. Apesar das leis e dos costumes que legitimam as violências e os controles, essas relações passam por improvisos e interferências cotidianas; são testadas, ameaçadas, exigindo o reforço de instituições, como as alforrias.

16. A forma patriarcal de administrar escravos pode ser vista em Rafael de Bivar Marquese (2004, p. 39-82).

O poder dos homens brancos proprietários de terras e de escravos, de mulheres brancas e proprietárias, nobres do reino e da terra, mantêm-se por meio de instâncias normativas e da manipulação dos símbolos que reforçam as hierarquias sociais, mas que precisam conviver com as africanas e os africanos alforriados, proprietários de escravos e de bens, mulheres crioulas e mulatas que ascendem socialmente a partir de relações de concubinato ou casamentos com homens brancos, escravas e escravos que possuem outros escravos, que negociam suas alforrias, filhos e filhas de mulheres que ascenderam e que se tornam herdeiros de grandes proprietários de engenhos e de escravos. Precisam conviver com os acordos da escravidão urbana, ou com as senzalas abarrotadas de homens escravizados recém-chegados de alguma parte da África e ávidos por lutarem por suas liberdades. Como afirma Marcus Carvalho (2003, p. 42):

Considero o patriarcalismo como um contexto relacional, um processo tenso, de cuja construção as mulheres também participavam. A dinâmica deste feixe de tensões eventualmente também poderia voltar-se contra os homens, uma vez que a eles eram atribuídas pesadas regras de honra e o dever de prover o sustento das mulheres da família, uma obrigação que nem sempre eram capazes de cumprir. Ao jogar com essas contradições, algumas mulheres aprendiam a gerenciar melhor suas relações com os homens, aumentando sua esfera de atuação, pressionando os limites dos rígidos códigos patriarcais de conduta. Conquistavam assim espaços políticos e econômicos que normalmente lhes seriam vedados.

Tomando essa categoria como referência pode-se dizer que o gênero, assim como a cor e a condição social informam desde as relações de gênero internas em África que determinam o próprio tráfico, até a alforria. Traficar mais homens do que mulheres e definir seus valores, por exemplo, são fruto de decisões dos povos africanos, que valorizavam muito mais as mulheres escravas do que as escravas da Diáspora. Herbert Klein (1983) no texto “Women in the Atlantic Slavery Trade”, traz números, preços e a importância que as mulheres tinham na África, por isso eram menos disponibilizadas para o tráfico. Sobre o mesmo

tema, Benigna Zimba em estudo sobre “O contexto da “exclusão” da mulher da rota de escravos de Moçambique para o Brasil entre 1730-1830)”, também se refere à preferência dos moçambicanos pelas mulheres escravas, pouco disponibilizadas para o tráfico. Evidencia-se que definir mais homens e menos mulheres no tráfico tinha uma relação direta com as relações de gênero em África.

Em princípio, as mulheres escravizadas representavam valor agregado em relação aos homens em igual condição. Apenas elas podiam reproduzir “naturalmente” a escravidão, parindo crias escravizadas, seu ventre era cativo. Além disso, elas exerciam as mesmas atividades produtivas que os homens e agregavam outras que eles não exerciam, como mercadoras no pequeno comércio, em alguns serviços domésticos, como mucamas e amas-de-leite. Por outro lado, o patriarcalismo, ou as relações de poder baseadas no gênero eram tão determinantes no Brasil escravista, que de fato as mulheres escravizadas foram sempre menos valorizadas que os homens em mesma condição. As identidades de gênero de mulheres africanas são reconstruídas na diáspora, os lugares que ocupam em África serão revistos, reconfigurados, recolocados. A matrilinearidade e a valorização das escravas e seus filhos, facilmente absorvidos pelas famílias que as escravizam, toam outras configurações no Brasil.

Aqui se inicia um complexo jogo de poderes, que pretendia não apenas manter a escravidão, coibir qualquer forma de resistência, mas também manter a estrutura do patriarcalismo, ou as hierarquias de gênero. Também se podem relacionar as representações de poder na escravidão, simbolicamente, com o masculino e o feminino. Os senhores e todos os símbolos que os constituem podem, sim, serem vistos como a representação do viril, enquanto os escravos são inferiorizados e emasculados, feminizados. Situação diferente para as senhoras que nem sempre, conseguiam exercer um poder de caráter patriarcal, geralmente as forras ou livres de cor preferiam escravas do mesmo sexo, quando africanas de mesma nação. Senhoras da aristocracia nem sempre conseguiam fazer valer suas vontades, como o caso analisado por Sandra Graham, já citado.

Na Grécia Clássica, o comportamento sexual e reprodutivo do escravo não era significativo. “Aristóteles que era imensamente preocupado com o sexo de homens e mulheres livres, não reconhecia o sexo entre escravos”. Para ele, “em outras palavras, os escravos não tinham sexo porque seu gênero não importava politicamente” (LAQUEUR, 2001, p. 67). No caso da escravidão brasileira, apesar de os escravos não terem importância na política formal, seus gêneros não foram desconsiderados nos jogos de poder senhoriais. Talvez, por sua importância econômica como principal mão de obra e pelo desafio dos senhores e senhoras na administração das diferenças quantitativas e culturais entre homens e mulheres, esses precisaram efetivamente lançar mão do jogo de poder, baseado no gênero como estratégia de domínio escravista.

Como “as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher” (SCOTT, 1996, p. 14), a autoridade dos senhores deve ser garantida, o poder deve ser emanado do senhor e o padrão deve ser mantido, apesar de existirem mulheres e homens proprietários de status social, cores e etnias distintas. Na escravidão, há uma interlocução entre gênero, etnia/cor e condição, os jogos de poder se estabelecem utilizando todos esses conceitos, sendo que, simbolicamente, a distinção masculino/feminino remete também a poder/submissão, branco/negro, senhor/escravo.

Por isso, concordo quando afirma Maria Odila (1995, p. 101): “alguns estereótipos e valores ideológicos relativos aos papéis sociais femininos têm menos a ver com uma condição universal feminina do que com tensões específicas das relações de poder numa dada sociedade”. Prova disso, é o fato a interferência do gênero na mais importante instituição do escravismo no Brasil, as cartas de alforria, que por sua vez remete a outros temas, como mobilidade social, família, mudança de cor etc. Uma das explicações para o grande número de alforrias no Brasil é a relação com o tráfico de escravos, ou seja, o volume de cativos traficados justificaria a quantidade de escravos alforriados (MARQUESE, 2006). Essas análises mais gerais, baseadas em números, não levam em consideração o

fato de que, se por um lado os cativos traficados da África eram na maioria homens, por outro, os escravos mais beneficiados com a aquisição das cartas de alforria eram mulheres¹⁷. Portanto, talvez não fosse o tráfico em si que definia as alforrias, mas as relações de gênero que se estabeleciam no processo de escravização dos africanos no Brasil.

É incrível, que apesar de estar bastante consolidado pela historiografia o dado irrefutável de que as mulheres tiveram mais acesso às alforrias do que os homens, elas permanecem invisibilizadas nas interpretações estruturais¹⁸.

Concordamos, ainda, quando Graham (2005, p. 80) afirma que “A legitimidade do poder do senhor num regime escravista é necessariamente uma questão precária”, mas discordamos, em parte, da continuação:

Na ausência de uma ideologia explícita baseada na raça, que os fazendeiros brasileiros nunca se sentiram obrigados a elaborar, os donos de escravos justificavam seu poder por meio da conduta que o costume estabeleceu aos poucos como apropriada (GRAHAM, 2005, p. 80).

A simbologia do gênero garantia a submissão e essa é a grande metáfora do poder na escravidão. O próprio “costume” também era informado pelas hierarquias de gênero.

3 CONCLUSÃO

Concluimos, convidando a todas as pesquisadoras e todos os pesquisadores da História da Escravidão à reflexão mais profunda sobre o gênero, como categoria de análise possível para interpretar a escravidão.

17. Algumas dessas reflexões foram desenvolvidas durante o projeto de pesquisa “Libertos na Bahia: gênero, cor e mobilidade social”, aprovado pelo CNPq em 2010. Alguns resultados foram apresentados em eventos no Brasil e no exterior, e publicados, mas parte significativa da pesquisa ainda encontra-se em processo de sistematização para publicação.

18; Referimos aqui especificamente, além dos clássicos, em alguns trabalhos mais recentes que pensam alforrias estruturalmente Sidney Chalhoub (2012), Márcio de Sousa Soares (2009).

Para que esse conceito não figure apenas em suas citações bibliográficas ou nos títulos de seus trabalhos, mas que proporcione uma revisão estrutural do sistema escravista no Brasil.

Urge que os debates sejam instituídos e ampliados, incluindo outras possibilidades interpretativas que não foram abordadas nesse breve artigo, como a literatura de epistemologia feminista africana e um diálogo mais apurado com as pesquisadoras da América Latina, dos Estados Unidos e do Caribe. A história social da escravidão precisa ser repensada a partir de um viés de gênero, cor/raça, classe/hierarquias sociais/mobilidades sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Revista Sociedade e Estado**, v.15, n.2, Brasília, june-dec. 2000.

ALMEIDA, Angela Mendes de *et al.* **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, UFRRJ, 1987.

BARICKMAN, Bert J. E se a Casa-Grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835. **Afro-Ásia**, 29/30, p.119, 2003.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal** – família e sociedade (São João del Rey, séculos XVIII e XIX). 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2002.

CASTRO FARIA, Sheila de. **A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CASTRO FARIA, Sheila de. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**, Niterói, v.5, n.9, p.65-92, jul. 2000.

CASTRO FARIA, Sheila de. **Sinhás Pretas, Damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)**. 2004. Tese apresentada para concurso para Professor Titular em História do Brasil, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CHALHOUN, Sidney. **A força da escravidão: ilegitimidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes *et al.* **Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: Mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX**. São Paulo: Annablume, 2006.

COWLING, Camillia. O Fundo de Emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 214-227.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2013.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. rev., São Paulo: Brasiliense, 1995. (1ª edição, 1984)
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016. (1ª ed. Originalmente “Women, race and class”, 1981)
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza. Salvador, 1890-1940**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2003.
- FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília-DF: Edunb, 1993.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas negras. Mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: FURTADO, Júnia (Org.). **Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes – o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GENOVESE, Eugene. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988.
- GIACOMINI, Sônia M. **Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988a.
- GIACOMINI, Sônia M. Ser escrava no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n.15, p.145-170, jun. 1988b.
- GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- GRAHAM, Sandra L. **Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRAHAM, Sandra L. **Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.23-117.
- GUTMAN, Herbert George. **The black family in slavery and freedom, 1750-1925**. Nova York: Pantheon Books, 1976.
- HORA, Raiza Cristina Canuta da. **Sob os olhos do Bonfim: Africanos em suas vivências matrimoniais, familiares e sociabilidades na cidade da Bahia nos séculos XVIII e XIX (1750-1810)**. Salvador, Dissertação de Mestrado, 2015.
- KLEIN, Herbert S. African Women in the Atlantic Slave Trade. In: ROBINSON, Claire & KLEIN, Martin A. **I Women and Slavery in Africa**. Madison, University of Wisconsin Press, 1983.
- LARA, Silvia H. Bowin’in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.12, out. 1995.
- MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.8 n.16, p.143, mar-ago. 1988.
- MACHADO, Cacilda. **Trama das vontades, negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem**

do XVIII para o XIX). 2006. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? **Série Antropológica**, Brasília, n.284, p.2-19, 2000.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Ideologia Imperial, poder patriarcal e o governo dos escravos nas Américas, c. 1660-1720. **Afro-Ásia**, n.31, p.39-82, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 74, mar. 2006.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOSO, Katia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **ANAIS do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. Saberes e práticas científicas**, 2014.

MOTT, Maria Lúcia de B. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** [online], v.24, n.1, p.77-98, 2005.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Cultura Histórica em Debate**, São Paulo, Unesp, p.81-93, 2000.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, Feminino, Plural.** Florianópolis: Mulheres, 2000.

REIS, Adriana Dantas. Luzia Jeje, o Capitão Manuel de Oliveira Barrozo e seus filhos pardos: quando as fronteiras de gênero interferem nas hierarquias sociais. Bahia, 1780-1822. In: RIBAS, Rogério de Oliveira; TAVARES, Célia Cristina da Silva (Org.). **Hierarquias, raça e mobilidade social. Portugal, Brasil e o império colonial português (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro, Contra Capa/ Companhia das Índias, 2010. p.151-166.

REIS, Adriana Dantas. **As mulheres negras por cima. O caso Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social, Bahia c. 1780- c. 183.** 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: GOMES, Flávio; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro, 2012.

REIS, Adriana Dantas. Pardos na Bahia: casamento, cor e mobilidade social, 1760-183”. **Revista PERSPECTIVAS; Portuguese Journal of Political Science and International Relations**, volume único, p.45-62, 2013.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2001.

RIBEIRO, Ana Maria Rodrigues. **A imagem e o silêncio. O lugar da mulher negra no século XIX.** 1989. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 1989.

ROCHA, Solange Pereira da. **Na trilha de feminino: condição da vida de mulheres escravizadas na Província**

da Paraíba – 1828-1888. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SANTOS, Igor Bruno Cavalcante dos. **As Famílias Plurais e as contribuições para uma sociedade mestiça na Comarca de Sabará (1720-1800)**. Dissertação de Mestrado. Mariana, 2017.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife, 2004.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Nem mãe preta, nem negra fulô. Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e em Salvador, 1870-1910**. São Paulo: Paco, 2016.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero. Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n.1, p. 24-47, maio 1993.

SANCHES, Maria Aparecida P. **Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador, 1900-1950**. 1998. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador, 1998.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história. Novas perspectivas**. São Paulo: EUNESP, 1992.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999 (Histórias do Brasil). p.81-121.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Negras Minas no Rio de Janeiro: gênero, nação

e trabalho urbano no século XIX. In: SOARES, Mariza (Org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. Niterói: EdUFF, 2007.

SOARES, Cecília C. Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n.17, p.57-72, 1966.

SOARES, Cecília C. Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX**. Salvador: ADUNEB, 2007.

SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.95-114.

SOIHET, Raquel. História das mulheres e história de gênero. Um depoimento. **Cadernos Pagu**, n.11, p.77-87, 1998.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n.3, p. 29-62, 1994.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**, n.3, p.63-84, 1994.

ZIMBA, Benigna. O contexto da 'exclusão' da mulher da rota de escravos de Moçambique para o Brasil, c. 1730- c. 1830. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro et. al. **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

Recebido em: 6 de Março de 2017
Avaliado em: 25 de Maio de 2017
Aceito em : 14 de Julho de 2017

**1. Professora Adjunta B da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA –
UEFS. E-mail: adrihis@hotmail.com**